



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
Secretaria da Fazenda  
**CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**

**RESOLUÇÃO Nº 663/09**

**2ª CÂMARA**

**SESSÃO DE 04/12/2009**

**PROCESSO DE RECURSO Nº 1/871/2008 AI: 1/200801156**

**RECORRENTE: SANTA CLARA IND. E COM. DE ALIMENTOS LTDA. E CEJUL**

**RECORRIDO: AMBOS**

**CONSELHEIRA RELATORA: SANDRA MARIA TAVARES MENEZES DE CASTRO**

**EMENTA: OMISSÃO DE RETORNO DE MERCADORIAS DE DEPÓSITO FECHADO PARA A MATRIZ – NÃO INCIDÊNCIA – MULTA - SISTEMA DE LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUE – PARCIAL PROCEDÊNCIA - UNANIMIDADE.**

1. Acatada que foi em 1ª instância a aplicação do art. 126 da Lei 12.670/96, em sua redação original para os valores omitidos em 2003, resta ratificar essa decisão por força do que dispõe o art. 106 do CTN, posto que esta era a sanção imposta à época da infração;
2. No que diz respeito aos exercícios de 2004 a 2007, faz-se imperioso que se acolha o resultado da última Perícia realizada que concluiu em minucioso Laudo que as operações referentes a esse período se encontram escrituradas nos Livros Contábeis da autuada, o que impõe que ora se afaste a penalidade sugerida na inicial e acatada em julgamento primeiro (art. 126 caput da Lei 12.670/96, alterado pela Lei 13.418/03 – 10%) para que se aplique o parágrafo único do mesmo artigo (introduzido pela Lei 13.418/03 – 1%);
3. **Violação** aos arts. 169, I e 174, I do Decreto 24.569/97;
4. **Aplicada multa** prevista no art. 126 – Lei 12.670/96 em sua redação original para o exercício de 2003 e o parágrafo único do mesmo artigo introduzido pela Lei 13.418/03 para os exercícios de 2004 a 2007;
5. Recursos Oficial e Voluntário conhecidos. Provido o Voluntário;
6. Afastada a nulidade arguída em Recurso Voluntário;
7. Decisão em consonância com o Parecer do representante da Procuradoria Geral do Estado.

*f*

## RELATÓRIO

Cuida a peça inicial de:

***"As infrações decorrentes de operações com mercadorias ou prestações de serviços amparados por não incidência ou contempladas com isenção incondicionada. A empresa deixou de emitir documentos fiscais de retorno que totalizaram R\$ 79.826.986,68 no período de 01/01/2003 a 30/08/2007, conforme Informações Complementares em anexo."***

Exige-se multa no montante de R\$ 7.982.698,66 nos termos do art. 126 da Lei 12.670/96 modificado pela Lei 13.418/03.

Apontados como infringidos os arts. 4º, 5º e 6º do RICMS.

Complementando o relato da inicial o agente autuante esclareceu que:

- O estabelecimento autônomo fiscalizado é um depósito fechado;
- Este estabelecimento destina-se apenas a armazenar os produtos advindos da firma a qual está vinculado;
- Iniciamos a ação fiscal com a contagem total de estoque existente no galpão do depósito fechado, em 30/08/2007;
- Diante dos fatos, constatamos que o depósito fechado omitiu retorno de mercadorias à matriz no valor de R\$ 79.826.986,68;
- Paralelamente, elaboramos a Conta Mercadorias (anexa) e detectamos a diferença de R\$ 91.571.822,41 de mercadorias não retornadas para a Matriz, o que torna evidente a veracidade da omissão de saídas encontrada no relatório Quantitativo de Estoque.

Acostados aos autos, dentre outros documentos: Atos Designatórios, Termos de Início e Conclusão de Fiscalização, Relatório de Contagem de Estoque, Relatórios de Entradas, Saídas e Totalizador de Mercadorias e Livro de Apuração do ICMS(fl. 07 a 227).

Às fls. 256/264 dos autos a autuada apresentou sua contestação ao feito fiscal, aduzindo que:



1. O auditor tomou como base apenas o inventário inicial de 31/12/2002 e a contagem física realizada em agosto de 2007;
2. Necessidade de individualização do ano de 2003. Neste período a multa a ser aplicada era de 30 ufir, e não de 10%;
3. O ano de 2004 também deve ser individualizado diante da possibilidade da compensação de créditos tributários por meio de precatórios judiciais;
4. No que tange aos anos de 2004 a 2007 a multa a ser aplicada é a disposta no parágrafo único do art. 126 da Lei 12.670/96 diante da existência de escrituração das operações em livros contábeis;

Solicita nulidade do auto de infração diante da impossibilidade do Conat desmembrar o auto de infração, individualizando os anos de 2003 e 2004.

Em primeira instância, encaminhou-se o processo para Perícia com o objetivo de apontar o valor da omissão referente ao ano de 2003 (fl. 266).

Providência atendida à fl. 267.

Em manifestação ao Laudo a empresa atuada requereu que fossem também desmembrados os demais exercícios: 2004 a 2007 (fls. 275/276).

Decidiu-se pela parcial procedência do feito fiscal, aplicando-se à omissão referente ao ano de 2003 o valor de 30 ufirmes, tendo como substrato a providência pericial (fls. 279/287).

Houve Recurso de Ofício.

Ainda inconformada, a empresa atuada interpôs Recurso contra a decisão, ocasião em que repisou os argumentos apresentados em instância anterior.

Renovou o pedido de nulidade.

Parecer da Consultoria Tributária opinou pela manutenção da decisão recorrida (fls. 308/312). Mencionado parecer foi adotado pelo representante da Procuradoria Geral do Estado (fl. 313).

f

Em sessão realizada em 10/02/2009 esta Câmara de Julgamento deliberou por unanimidade de votos afastar a preliminar de nulidade suscitada e, por maioria de votos, resolveu acatar a solicitação da parte e converte o curso do julgamento do processo em realização de Perícia com o objetivo de averiguar a escrituração contábil das operações que se debate a partir dos registros dos documentos de controles internos da empresa e individualizar os valores para cada período autuado (fls. 315/319).

Em extenso e detalhado Laudo produzido pela Célula de Perícias e Diligências, apurou-se que os valores relativos aos retornos de mercadorias sem notas fiscais Objeto da autuação), demonstrados nos Relatórios Gerenciais (período de 2004 a 2007), no montante de R\$ 85.804.819,72, encontra-se lançado na Contabilidade da autuada (Diário e Razão) em 2004 a 2007 (fls. 320/325).

Individualizados os valores da omissão por exercício autuado, a perita esclareceu que a omissão salta para R\$ 100.721.020,90, uma vez que o valor da omissão para cada período foi sendo acrescentado.

A autuada se manifestou favorável ao Laudo Pericial (fl. 523).

É O RELATÓRIO

## VOTO

Tratam-se de Recursos Oficial e Voluntário interpostos contra julgamento de 1ª instância que confirmou em parte auto de infração que exige multa por **"omissão de operação de retorno de mercadorias de depósito fechado"**.

Decisão proferida por força de aplicação do art. 126 da Lei 12.670/96 em sua redação original (30 ufrices) para o exercício de 2003. Manteve-se a sanção sugerida na inicial para os períodos de 2004 a 2007 (10% sobre o valor da operação - art. 126 com nova redação conferida pela Lei 13.418/03).

De início, reporto-me a nulidade suscitada em razão da autuação ser relativa a vários exercícios.



Nesse tocante, importa destacar que o art. 33 do Decreto 25.468/99 tratou de determinar os elementos que o auto de infração deve conter de modo que o mesmo seja considerado peça válida. E, afora as exceções indicadas nos parágrafos desse mesmo artigo, a ausência desses elementos pode implicar em nulidade do auto de infração.

No entanto, de logo se observa da norma que não se exige do agente fiscal que individualize em autos distintos os vários períodos em que detectou infrações à legislação do imposto.

Em verdade, o legislador deixou à discricionariedade do agente esse aspecto de seu trabalho fiscal. Desse modo, interpreto que não há fundamento na legislação que autorize acolher a preliminar arguida nos termos formulados.

Em mérito, a controvérsia também não demanda maiores esforços posto que ora se enfrenta questão meramente fática e clara e objetivamente já elucidada ao longo do processo.

Acatada que foi em 1ª instância a aplicação do art. 126 da Lei 12.670/96, em sua redação original para os valores omitidos em 2003, resta-nos ratificar essa decisão por força do que dispõe o art. 106 do CTN, posto que esta era a sanção imposta à época da infração.

No que diz respeito aos exercícios de 2004 a 2007, faz-se imperioso que se acolha o resultado da última Perícia realizada que concluiu em minucioso Laudo que as operações referentes a esse período se encontram escrituradas nos Livros Contábeis, o que impõe que ora se afaste a penalidade sugerida na inicial e acatada em julgamento primeiro (art. 126 caput da Lei 12.670/96 - 10%) para que se aplique o parágrafo único do mesmo artigo (introduzido pela Lei 13.418/03 - 1%).

Esclareço ainda que mencionado Laudo apontou valores superiores ao exigido na inicial. Isto porque conforme indicado pela Perita às fls. 324/325, o valor da omissão para cada período foi sendo acrescentado quando da individualização dos períodos.

Desse modo, deve prevalecer o valor apontado na inicial como base de cálculo.

4

Isto posto, **VOTO** para que se conheça dos Recursos Oficial e Voluntário, negar provimento ao Recurso Oficial e dar provimento ao Recurso Voluntário, para após afastar a nulidade suscitada confirmar a decisão **parcialmente condenatória** proferida em 1ª Instância no entanto, por valor e fundamento distintos, e de acordo com manifestação oral do representante da Procuradoria Geral do Estado.

É COMO VOTO

### DEMONSTRAÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

	2003	2004 a 2007
BASE DE CÁLCULO.....R\$	63.336,54.....R\$	79.763.650,14
MULTA.....30 UFIRCES.....R\$		797.636,50
TOTAL.....30 UFIRCES.....R\$		797.636,50

### DECISÃO

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que são recorrentes SANTA CLARA IND. E COM. DE ALIMENTOS LTDA. E CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª e recorridos AMBOS,

Conforme consta dos registros da Ata da 33ª Sessão Ordinária da 2ª Câmara de Julgamento, foram votadas naquela data as preliminares descritas a seguir: "A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, dar conhecimento ao Recurso Voluntário e afastar a preliminar de nulidade suscitada pela parte, em razão do lançamento ser relativo a vários períodos, o que impossibilitou que o contribuinte pudesse exercer o direito de compensação por meio de precatório atinente aos períodos 2003 e 2004. O Dr. Ramiro Távora Viana sugeriu que, em sendo acatado o seu pedido,



constasse em Ata determinação para que a CEAUD refaça a ação fiscal, operacionalizando o lançamento por exercício. Referida nulidade foi afastada, por unanimidade de votos, sob o entendimento de que o agente fiscal não está adstrito a efetuar lançamento por exercício, sendo-lhe facultado fazê-lo abordando vários exercícios. Após a votação relativa à nulidade, a 2ª Câmara resolve, por maioria de votos, acatar a solicitação da parte e converter o curso do julgamento do processo em realização de perícia, a fim de que cumpra os seguintes quesitos: 1. averiguar a escrituração contábil das operações e individualização de cada período, possibilitando, assim, que o débito relativo aos períodos de 2003 e 2004 possa ser compensado por meio de precatório; 2. verificar as operações de saída do estabelecimento industrial para o depósito fechado no período fiscalizado; 3. a partir dos controles internos desse estabelecimento, verificar na escrita contábil se houve lançamento, compatibilizando com as efetivas saídas do estabelecimento industrial; tudo nos termos do Despacho a ser exarado pela Conselheira Ana Maria Martins Timbó Holanda. Foram votos vencidos, contrários a realização da perícia com base no art. 59, inciso III do Decreto nº 25.468/99, as Conselheiras Sandra Maria Tavares Menezes de Castro, Francisca Marta de Sousa e Silvana Carvalho Lima Petelinkar. Estiveram presentes para sustentação oral do recurso, os representantes legais da recorrente, Dr. Daniel Landim, Dr. Ramiro Távora Viana e Dr. Euclides Gomes, que solicitaram que constasse em Ata que a empresa indicará assistente técnico para acompanhar o trabalho pericial." Retornando à pauta nesta sessão de julgamento, a 2ª Câmara resolve, por unanimidade de votos, conhecer dos recursos interpostos, negar provimento ao Oficial e dar provimento ao Voluntário, para decidir pela parcial procedência da autuação, conforme o Laudo Pericial, aplicando ao exercício de 2003 a penalidade do art. 126, da Lei nº 12.670/96, em sua redação originária; e aos exercícios de 2004 a 2007, a penalidade prevista no parágrafo único, do art. 126, da Lei nº 12.670/96, com a alteração da Lei nº 13.418/03; nos termos do voto da Conselheira Relatora e de acordo com o Parecer do representante da d. Procuradoria Geral do Estado, modificado oralmente em sessão. Esteve presente, para sustentação oral do recurso, o representante legal da recorrente, Dr. Daniel Landim.

**SALA DAS SESSÕES DA 2ª CÂMARA DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, aos 14 de dezembro de 2009.

*[Assinatura]*



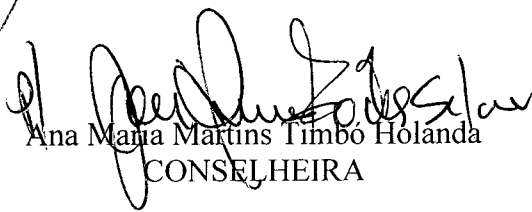
**Sandra Mª Tavares Menezes de Castro**  
**CONSELHEIRA RELATORA**



**Francisca Marta de Sousa**  
**CONSELHEIRA**



**Silvana Carvalho Lima Petelinkar**  
**CONSELHEIRA**



**Ana Maria Martins Timbó Holanda**  
**CONSELHEIRA**




**José Wilame Falcão de Souza**  
**PRESIDENTE**



**Marcos Antonio Brasil**  
**CONSELHEIRO**



**José Moreira Sobrinho**  
**CONSELHEIRO**

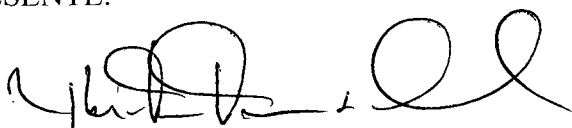


**Sebastião Almeida Araújo**  
**CONSELHEIRO**



**Jeritza Gurgel Holanda Rosário Dias**  
**CONSELHEIRA**

**PRESENTE:**



**Ubiratan Ferreira de Andrade**  
**Procurador do Estado**